

# Orçamento prevê estagnação em 1992

Receita total  
para o próximo ano  
está prevista em  
Cr\$ 51,3 trilhões

BRASÍLIA — O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, ontem, a proposta orçamentária da União para 1992, incluindo o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da Seguridade Social. O projeto permite prever que, pelo menos no âmbito do governo federal, 1992 será um ano muito difícil. O volume dos dispêndios do setor produtivo estatal aponta para a continuidade da recessão. O governo prevê "taxa nula de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB)" e nenhum aumento na oferta de emprego.

A receita total foi calculada em Cr\$ 51,3 trilhões, mas só os gastos com dívida de responsabilidade do Tesouro consumirão Cr\$ 23,9 trilhões. Estão previstas despesas de Cr\$ 4,97 trilhões com pessoal e Cr\$ 4,1 trilhões para transferências aos Estados e municípios. Foi projetado um déficit de Cr\$ 6,5 trilhões no Sistema Financeiro da Habitação (SFH). O orçamento da Seguridade Social é de Cr\$ 13 trilhões e 407 bilhões. "É um orçamento com equilíbrio", disse ontem o secretário de Planejamento, Pedro Parente.

Embora o Ministério da Saúde tenha pedido Cr\$ 450 bilhões para a construção dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs), o principal projeto do presidente Fernando Collor na área social, o orçamento contemplou recursos de Cr\$ 346,8 bilhões. Fora as rubricas relacionadas com pessoal, dívida e as transferências constitucionais, os congressistas podem mudar o orçamento da forma como desejarem, desde que dentro dos limites estabelecidos pela Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO). A regra constitucional estabelece que os congressistas não poderão dar prioridade a projetos novos em relação a projetos em andamento, ou seja, aqueles que já tenham pelo menos 20% executados. Como esse não é o caso dos Ciacs, isso significa que esse projeto pode ser modificado da maneira que o Congresso julgar conveniente.

A Presidência da República terá Cr\$ 1,1 trilhão, enquanto os três ministérios militares ficarão com Cr\$ 1,7 trilhão. O Ministério da Educação terá Cr\$ 1,2 trilhão e o da Saúde, Cr\$ 2,1 trilhões. Ao Ministério do Trabalho e Previdência Social foi reservado um orçamento de Cr\$ 8,5 trilhões.

□ Mais informações na página 8